

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SESIMBRA REALIZADA NO DIA 5 DE ABRIL DE 2001**

-----Aos cinco dias do mês de Abril de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra, sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Sr.s Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Esequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ---

- 1. Apreciação da Actividade Municipal;**-----
- 2. Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra;**-----
- 3. Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi no Concelho de Sesimbra - Alteração;**-----
- 4. Despesas de Representação – Cargos Dirigentes;**-----
- 5. Relatório de Actividades e Conta de Gerência respeitante a 2001;**-----
- 6. Opções do Plano e Orçamento.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, José Carlos Ferreira Esequiel, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, João Paulo Marques Dionísio, Sérgio Paulo Gomes, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Maria Albertina Cardoso Fernandes, José Almeida Marques, Joaquina Odete Martins da Graça, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Fernando Eduardo Marques Antunes, José Henrique Peralta Polido, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Francisco Caupers de Sousa Alvim, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Germano Óscar Amorim Barros, Júlio Alves Joaquim, José Fernando Brito Andrade, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz. -----

-----Comprovada a existência de quorum, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e duas horas. -----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente, Manuel José Pereira e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, Manuel Adelino Bernardino, e José Manuel Lobo da Silva.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou depois que o Membro Aires Patrício Lisboa, eleito pela lista da CDU, solicitara por motivos de ordem profissional, a suspensão do seu mandato, pelo período de sessenta dias, pelo que perguntava ao plenário se aceitava o seu pedido. -

-----Não havendo qualquer objecção, o pedido foi aceite tendo o Presidente da Assembleia Municipal verificado a legitimidade e a identidade do cidadão Nelson Duarte Carneiro Fernandes, que convocara em substituição do Membro Aires Patrício Lisboa, declarando-o investido nas suas funções como Membro da Assembleia Municipal, tendo-lhe desejado, felicidades no desempenho do cargo para o qual foi eleito. -----

-----Informou em seguida que o Membro Maria de Jesus Amiano Marques, pedira a sua substituição, tendo sido substituída pelo Membro José Fernando Brito Andrade e o Membro Américo Manuel Machado Gegaloto também pedira a sua substituição para a sessão de 5 de Abril, sendo substituído pelo Membro José Almeida Marques. -----

-----Informou depois que as actas da Assembleia Municipal de 28 de Setembro e 30 de Novembro, ainda do mandato anterior, haviam sido enviadas aos Líderes de Bancada, conforme estipulava o Regimento, pelo que perguntava se havia algumas sugestões de alteração a fazer. -----

-----Não havendo nada a opor, os textos finais das actas foram considerados aprovados. -----

-----Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Relembrou a volta ao Concelho no dia 20 de Abril, conforme já tinha dito na sessão anterior, com a qual todos tinham concordado. O encontro seria nas instalações da Assembleia Municipal às 9,30 horas e oportunamente seria enviado um documento a lembrar a realização da visita. -----

-----Esclareceu, em seguida, que o Relatório de Actividades e a Conta de Gerência seriam apreciados pela Câmara na próxima terça-feira, e estava-se a prever a data de 3 de Maio para a realização da sessão da Assembleia para debate do assunto. -----

-----O ponto 3 da presente Ordem de Trabalhos “Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de passageiros – Transporte em Táxi no Concelho de Sesimbra – Alteração”, não seria apreciado hoje a pedido da Câmara Municipal, cujo ofício fora distribuído a todos os Membros, por haver dúvidas quanto à possibilidade de prescindir do inquérito público

antes da deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- Em relação ao ponto 6 "**Opções do Plano e Orçamento**" a Assembleia Municipal não recebera a respectiva documentação e todos os Membros tinham recebido, talvez só naquele momento, um ofício enviado pela Câmara a informar sobre a matéria. -----

-----Seguidamente, informou que usualmente quando se agendava na ordem de trabalhos o Relatório de Actividades e Conta de Gerência não havia Período de "Antes da Ordem do Dia", mas não havendo a apreciação desses documentos, fazia sentido que o Período se verificasse, tendo-o declarado aberto.-----

-----Informou ainda, que dera entrada na mesa dois documentos apresentados e subscritos pela Bancada da CDU, tendo dado a palavra à primeira subscritora, o Membro Odete Graça, para se pronunciar sobre os mesmos. -----

-----Usando da palavra, o **Membro Odete Graça** começou por dizer que as duas propostas/projecto eram naturalmente diferentes, e começaria a falar da primeira que dizia respeito à Informação/Comunicação da Assembleia que era uma das competências ou atribuições da Comissão "D", tendo em seguida passado a lê-la:-----

-----"**PROPOSTA:**-----

-----Na sociedade actual as novas tecnologias da comunicação sabem como colocar em cada momento a voz, a imagem e o gesto nos quatro cantos do mundo e deixam que cada um, em cada momento, conheça o que se passa em cada momento no mundo, quase, inteiro. -----

-----Reconhecemos que, em contra ponto, a nossa população ainda manifesta níveis de analfabetismo preocupantes, em particular na população mais idosa, e nesse sentido devemos desenvolver estratégias locais e criar meios e recursos no sentido de minimizar essa lacuna cultural. -----

-----Mas é também um facto que a Comunicação Social representa hoje na nossa sociedade um papel muito importante quer na divulgação das actividades da vida local quer na projecção da vida das instituições e neste caso particular da dos Órgãos Autárquicos. Daí que lhe reconhecemos uma importância acrescida na formação e informação da nossa população. -----

-----Necessariamente que os Projectos, Planos e acções que se desenvolvem da responsabilidade dos nossos órgãos autárquicos, são de grande importância para todos quantos aqui vivem e trabalham. A nossa intervenção é fundamental para que em cada momento as opções políticas sejam

tomadas a favor dos sesimbrenses e na salvaguarda das suas preocupações. -----

-----Por outro lado também não podemos esquecer que Sesimbra, enquanto vila turística não só acolhe gente que opta por este Município para férias e lazer mas também outros amigos de Sesimbra, embora às vezes ausentes do país, que podem continuar a partilhar connosco os problemas que vivemos, as preocupações que manifestamos e as opções que as diferentes forças políticas defendem e assumam para o nosso desenvolvimento e progresso. -----

-----Parece-nos fundamental que a informação associada à cultura local pode e deve ser um contributo importante para a formação e informação da nossa população e à dignificação dos órgãos autárquicos. É fundamental que o funcionamento da Autarquia e em particular a Assembleia Municipal seja transmitida à população local e /ou regional dando conhecimento das suas deliberações divulgando as posições que cada força política assume em cada momento e procurando deste modo acolher as preocupações das populações que nos elegeram. -----

-----É expresso no regimento desta Assembleia que a população se manifeste, dando assim conta das suas preocupações, mas a nossa intenção é procurar alargar as oportunidades de participar na vida autárquica. -----

-----Pretendemos devolver à população sesimbrense a legitimidade do seu voto, e em troca conhecer e contribuir para a resolução dos seus problemas. Neste sentido, defendemos que seja dinamizada a presente proposta, junto da “Comissão D” para que a analise e lhe dê seu desenvolvimento através dos seguintes pontos:-----

-----Contactar os serviços da Câmara Municipal no sentido de cooperar na elaboração do **Boletim da Assembleia** o qual tenha por objectivo a divulgação da actividade desenvolvida pela Assembleia Municipal; -----

-----Promover, junto dos respectivos serviços da Autarquia, a criação duma **página na Internet** para que seja feita a caracterização e informação das informações, decisões tomadas pela Assembleia Municipal; -----

-----Promover a criação do “**correio electrónico**” para cada “Bancada política”, permitindo uma melhor e maior informação em rede, a qual pode ser facilitadora de contactos quer ao nível das instituições e outras organizações quer na recolha de opiniões da população local; -----

-----Criar mecanismos de informação/comunicação da realização das reuniões da Assembleia Municipal no sentido de sensibilizar a opinião pública para a sua participação e intervenção." -----

-----Seguidamente, o Membro Odete Graça passou a ler a outra proposta subordinada ao tema “**Assembleia Municipal de Jovens**”.-----

-----**PROPOSTA:**-----

-----As autarquias locais desempenham hoje, na sociedade portuguesa, um papel e uma importância que ninguém pode negar. Só a relação estreita entre a Autarquia e a população, permite compreender e conhecer as necessidades que em cada momento são sentidas pela sua comunidade.

-----Compete ao Poder Local, através dos seus órgãos autárquicos, construir uma relação forte, estável e cooperante entre todos os indivíduos e a comunidade em geral, no sentido de fomentar uma atitude mais humanizadora entre as pessoas e as instituições.-----

-----É importante a participação e intervenção de todas as forças sociais, da comunidade local ou regional, como forma de participar no processo de desenvolvimento, sendo certo que o seu contributo será fundamental para a melhoria da qualidade de vida de todos nós.-----

-----E tanto assim é que actualmente os órgãos autárquicos são hoje motivo de abordagem pedagógica, nas Escolas, no âmbito da vivência da cidadania entre jovens e estes na sua comunidade.-----

-----Conhecer o Concelho, participar na sua construção, dialogar com os responsáveis autárquicos e dar-lhes conta das suas aspirações e necessidades é fundamental para que a Escola reforce a importância da vida democrática e os jovens se sintam motivados para a sua vivência diária. É igualmente importante que a Escola saiba viver a Autarquia naquilo que ela pode representar de conhecimento social e político e que por sua vez os Órgãos Autárquicos sejam capazes de transmitir à “Escola” a sua responsabilidade no município, a organização dos seus serviços e as aspirações que manifestam para o nosso Concelho.-----

-----Daí o reforço, que no entendimento da CDU, deve ser feito para que os órgãos autárquicos “abram as suas portas” e saibam transmitir aos mais novos quais as suas responsabilidades e competências na vida do Município, quais os projectos que pretendem dinamizar para o concelho, porque defendem a prática da democracia na sua relação diária com as populações locais.-----

-----É necessário criar condições para a dignificação dos diferentes órgãos autárquicos, através do diálogo com os seus munícipes convidando-os a participar na definição das políticas municipais. É de importância vital que os eleitos das autarquias, enquanto representantes da população assumam o seu papel de “agente” de desenvolvimento local fundamental para a melhoria da qualidade de vida

da população. É essencial que a nossa população, particularmente a mais jovem, seja convidada a intervir nas decisões do Município, já que se prendem com o seu futuro imediato, na apresentação dos seus problemas e aspirações e na participação activa das opções que melhor servem os interesses do Concelho onde estudam, vivem e se formam para a vida. -----

-----Neste contexto, a presente proposta, apresentada pela CDU, pretende desencadear um projecto designado por “**Assembleia Municipal de Jovens**” junto das Escolas dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico do Concelho tendo presente os seguintes aspectos; -----

-----Fomentar a relação existente entre a dinâmica escolar e a actividade da Autarquia, através do conhecimento dos diferentes órgãos autárquicos nomeadamente a Assembleia Municipal; -----

-----Desenvolver e aprofundar o espírito de cidadania no seio da comunidade e a sua relação com os outros e com as Instituições, na defesa dos seus direitos e na compreensão dos seus deveres de cidadão; -----

-----Criar mecanismos de aproximação entre os cidadãos jovens e os eleitos do poder local de forma a garantir a prática da democracia e a dignificação da prática política. -----

-----Assim propomos que: -----

-----Esta proposta seja analisada ao nível da “Comissão D”, de forma a desencadear o respectivo projecto junto das Escolas dos 2º e 3º Ciclos do nosso Concelho.” -----

-----Abertas as inscrições usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que quanto à primeira proposta que tinha a ver com a proposta/projecto para a elaboração do Boletim da Assembleia, para a criação da página na Internet, e para a criação do Correio Electrónico, não podia estar mais de acordo com a mesma. -----

-----A página na Internet, embora ainda não acessível a toda a gente, era efectivamente uma forma de divulgação do trabalho na Assembleia, e pensava que o próprio Boletim da Assembleia poderia também ser publicado nessa página. -----

-----A proposta era positiva para além do facto de vir da Bancada da CDU que no passado entendia que o Boletim da Assembleia Municipal não era uma peça importante na divulgação dos trabalhos e tinha levantado alguns problemas no passado. -----

-----Parecia que agora se iria retomar o bom caminho relativamente ao Boletim, caminho esse também esquecido pelo Partido Socialista, assim que se apoderara da maioria do Executivo. -----

-----Quanto à proposta da Assembleia Municipal dos Jovens, embora tivesse sido distribuída

naquele momento tinha reparado que no fim da mesma era referido que devia ser analisada a nível da Comissão “D” e portanto ainda iria ser trabalhada, pensava no entanto que aquela proposta, sendo positiva, era um tanto ou quanto superficial, não havia ali uma proposta concreta nem uma estrutura sobre aquele tipo de intervenção. -----

-----A Assembleia Municipal, no passado, havia tido uma experiência que lhe parecera na altura bastante interessante, que fora a realização duma sessão na Escola Secundária de Sampaio. Fora uma experiência que depois não tivera seguimento, pois fora uma daquelas sessões comemorativas do 25 de Abril. -----

-----Pensava contudo que o facto da sessão se realizar às horas que se realizava e da forma como se realizava, não seria muito atractivo para os jovens, pois deveriam ter coisas bem mais atractivas para fazer a uma Sexta-feira do que virem aturar os membros da Assembleia Municipal. Era pena que a proposta da CDU não fosse um pouco mais profunda relativamente àquilo que se pretendia, uma vez que teria muito mais interesse no trabalho da Comissão “D”, partir já duma proposta com alguma consistência e não duma proposta tão superficial, mas apesar disso a sua Bancada concordava com a mesma. -----

-----Usou, em seguida, da palavra, o Membro Francisco Alvim que disse que a Sociedade Santanense deixara de funcionar, há já alguns anos, devido ao estado das instalações, e o actual Presidente tinha-lhe dito que a Autarquia havia prometido um terreno para a construção de uma nova sede. Sabia que havia um processo de loteamento da empresa Teodoro Gomes Alho, em Santana, que incluía um projecto para um Centro Cultural, um para um Centro de Dia, e um outro para um Campo de Jogos, e várias pessoas lhe tinham dito que seria uma boa possibilidade para a Sociedade Santanense Cultura e Recreio poder retomar a sua actividade e prestar um serviço à população de Santana que praticamente não tinha nenhuma Associação a funcionar. A população já era muita e principalmente os idosos não tinham nada onde se entreterem. Assim perguntava à Câmara se tinha alguma informação a prestar sobre o assunto. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que se tinha esquecido de transmitir que o Membro Miguel Bastos havia telefonado um pouco antes da sessão se iniciar, a dizer que tinha sido chamado para uma situação de emergência, e que chegaria assim que possível. -----

-----Seguidamente deu a palavra ao **Membro Odete Graça** que disse que tal qual o nome indicava era uma Assembleia Municipal de Jovens e não uma Assembleia Municipal para jovens, o

que significava que viriam a ser eles a assumirem o papel de membros na Assembleia Municipal.---

-----Certamente todos já tinham assistido a um projecto que era dinamizado anualmente, com a participação das escolas do ensino secundário do País na Assembleia da República. Era um trabalho longo, moroso, mas em que os alunos assumiam naturalmente todo o papel, desde o Presidente, público, intervenções, enfim com questões concretas.-----

-----Um trabalho daqueles teria que ter um projecto mais aprofundado, mais minucioso, que passasse inclusivamente por opções, se o 2º ou 3º Ciclo, embora ela própria defendesse que estes deveriam ser os ciclos a abordar, tanto assim que do ponto de vista pedagógico em termos de matérias eles eram tocados nestes Ciclos de Ensino.-----

-----Seria fundamental envolver as Escolas que tinham aqueles sectores, no sentido de as sensibilizar para um projecto que necessariamente só se projectaria no próximo ano lectivo. -----

-----Cada escola teria que fazer uma eleição de jovens em número a acordar, não diria bancadas denominadas políticas ou partidárias, mas que seriam no fundo bancadas das respectivas escolas que iriam apresentar problemas, questões, da sua escola, da sua terra, da sua Freguesia que os preocupavam. -----

-----Toda a cena, e pedia desculpa pelo termo, seria naturalmente assumida pelos alunos, desde a Direcção da própria Assembleia, desde a Mesa, desde as respostas, embora como era evidente, os Órgãos Autárquicos na sua figura de Juntas de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipais, devessem estar presentes a assistir ao vivo à vivência dessa Assembleia Municipal. -----

-----Necessariamente que o processo seria muito mais aprofundado, mas não tinha sido sua intenção levar aquela projecto ao pormenor porque pensava que seria importante aquela questão ser mais trabalhada e discutida com os Membros da Comissão porque pensava que aí é que tinham um fórum específico para cada um contribuir no projecto. -----

-----Usou de seguida a palavra o **Membro Félix Rapaz** que disse que achava muito boa a ideia mas queria acrescentar um pormenor, achava que se estava a deixar de fora um ramo importante que eram os jovens trabalhadores, pensava que em vez de uma sessão poderia ser um Fórum de Cidadania, aberto a todos os jovens incluindo os jovens que trabalhavam e que já estavam afastados da escola.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que disse que quanto à questão levantada pelo Membro Francisco Alvim, era sabido por todos que a Sociedade Santanense

estava inactiva, mas que tinha um Património, o edifício em ruínas e o terreno. -----
-----Tinha tido a oportunidade de receber dois Santanenses que queriam que a Sociedade continuasse viva e solicitaram um dos espaços cedidos à Câmara aquando da aprovação daquele loteamento, espaços esses a que o Membro Francisco Alvim tinha feito referência.-----
-----Solicitara ao técnico que chefiava a Divisão de Gestão de Projectos, para o informar sobre a possibilidade da Câmara permutar aquele espaço ou ceder a área à Sociedade, portanto, o seu compromisso tinha sido efectivamente ver se um daqueles espaços poderia vir a ser cedido à Sociedade Santanense.-----
-----**O Presidente da Assembleia Municipal** informou que o Membro Odete Graça antes de começar a Assembleia tinha referido que iria apresentar uma Moção sobre o 25 de Abril, uma vez que não havia mais inscritos, perguntava-lhe se queria aproveitar a oportunidade. -----
-----Usou da palavra o **Membro Odete Graça** que disse não ser formalmente uma Moção sobre o 25 de Abril, mas uma vez que a Assembleia não reuniria até ao 25 de Abril, embora informalmente os membros se encontrassem no dia 20, entendia que era importante ficar registado na presente sessão como que uma Saudação ao 25 de Abril, não só por ser mais um ano que se construía em Democracia e o Poder Local era fruto dessa vivência conquistada com o 25 de Abril, mas também porque todos os que ali estavam, com mais ou menos tempo de vivência democrática, haviam aprendido a ter essa prática democrática após o 25 de Abril. -----
-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse estarem em condições para passarem à votação dos dois documentos apresentados pela CDU e informou que como certamente todos tinham reparado, em qualquer um dos documentos se propunha baixar à Comissão “D”, para ter o respectivo desenvolvimento. -----
-----Foi seguidamente posta à votação a proposta de projecto “Informação/Comunicação” da Assembleia, sendo aprovada por unanimidade. -----
-----Foi depois posta à votação a segunda proposta de projecto sobre “Assembleia Municipal de Jovens” tendo sido igualmente aprovada por unanimidade. -----
-----Encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia** deu início ao ponto 1 da ordem de trabalhos "**Apreciação da Actividade Municipal**", informando que naquele momento tinha entrado na sala o Membro Miguel Alarcão Bastos, nesta conformidade, passou-se a registar vinte e quatro presenças.-----

-----De seguida perguntou à Câmara se queria fazer a sua exposição inicial. -----

-----Cedida a palavra à **Câmara Municipal**, o Presidente iniciou por dizer que gostaria de dar a conhecer algumas das actividades mais importantes que a Câmara tivera desde a última sessão.-----

-----Estiveram na reunião da Unidade de Gestão do Eixo Prioritário 1, do 3º Quadro Comunitário de Apoio, uma reunião da Junta Metropolitana de Lisboa.-----

-----Reuniram com a Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, para discutirem a Revisão do Plano da Lagoa de Albufeira.-----

-----Estiveram presentes na Instalação da Junta Metropolitana de Lisboa. -----

-----Reuniram com a Liga dos Amigos da Quinta do Conde, uma nova entidade que se tinha constituído no Concelho de Sesimbra. -----

-----Todo o Executivo tinha reunido com a Junta de Freguesia de Santiago, para apresentação de cumprimentos e conversarem sobre alguns projectos da Junta. -----

-----Reuniram também com a Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira, que lhes apresentou cumprimentos e lhes deu a conhecer os seus projectos. -----

-----Tiveram uma reunião com a Direcção da Sociedade Musical Sesimbrense. -----

-----Estiveram no Lançamento do livro “Aqui e Agora”, mais um livro do reverendo padre António Sílvio Couto.-----

-----Todo o Executivo estivera presente no Lançamento da 1ª pedra da Piscina do Grupo Desportivo de Sesimbra, que felizmente para todos estava para breve o seu início, seria já em Junho a abertura das propostas. -----

-----Estiveram no Auditório na entrega das Bolsas de Estudo para estudantes do Ensino Superior e Secundário, foram distribuídas 76 bolsas e gostava que as pessoas soubessem que a Câmara tinha contribuído com 10 bolsas.-----

-----E estiveram também na assinatura do Protocolo de Colaboração entre a Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território, a DGTDU, e a ACRUTZ, que visava o financiamento para a construção da Sede Social da ACRUTZ, obra que em breve seria posta a concurso e seria mais uma realidade Concelhia ambicionada por todas as gentes, não só do Zambujal, mas também das Aldeias vizinhas.-----

-----Cedida a palavra ao **Membro Carlos Afonso** este disse que gostaria de saber quem eram os representantes da Câmara no Conselho Consultivo do Parque Natural da Arrábida e na Comissão

Regional do Turismo de Setúbal. -----

-----Uma terceira questão, e esta em termos de alerta, é que se continuava a assistir à atribuição de uma série de subsídios. Não estava em causa se eram justos ou não, mas tendo em consideração que um dos pontos discutidos numa outra sessão da Assembleia, fora a possibilidade de se avançar com uma auditoria à Câmara e era conhecido o grau de dificuldade nomeadamente financeira da autarquia, queria deixar um alerta para haver alguma contenção.-----

-----Para terminar uma questão que o deixara um tanto ou quanto surpreso. Num programa de um dos canais de televisão fora afluída uma questão sobre o aparecimento de animais mortos, nomeadamente cães, na área do Porto de Abrigo de Sesimbra. -----

-----Preocupava-o os animais como era óbvio, preocupava-o saber qual era o estado do Município para dar resposta quando fazia a captura dos animais, nomeadamente em termos de serviço, em termos do canil Municipal e por aí fora, e preocupava-o também o que o jornalista tinha dito, porque estavam no início do mandato e o jornalista tinha referido que o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra lhe tinha dito, uma vez que não quis dar publicamente o rosto a uma pseudo-entrevista, que fora ameaçado de morte. -----

-----Lamentava que o Presidente da Câmara não se tivesse disponibilizado perante a jornalista, para esclarecer convenientemente o assunto.-----

-----Não queria ver, no início do mandato, o Presidente condicionado na sua gestão com ameaças de morte. -----

-----Cedida a palavra ao **Presidente da Câmara** este começou por esclarecer que numa reunião entre ele, o Presidente da Câmara de Setúbal e o Presidente da Câmara de Palmela, haviam acordado que Sesimbra deveria ser a representante dos três Concelhos na Comissão Consultiva do Parque Natural da Arrábida, e sob proposta dele na última reunião de Câmara, a Câmara aprovara designarem o Vereador Augusto Pólvora como Membro da Comissão Consultiva do Parque Natural da Arrábida. -----

-----Numa das primeiras reuniões do executivo, propusera e fora aceite pela Câmara, que deveria ser ele o representante da Câmara na Comissão Regional de Turismo da Costa Azul. -----

-----Quanto à auditoria que fora proposta pelo PSD na reunião de Câmara, o executivo entendera que não havia necessidade de fazer qualquer auditoria uma vez que os serviços estavam em condições de dar resposta a qualquer questão que fosse colocada pelos membros do executivo, e

quanto à documentação ela seria posta também à disposição de todos os eleitos aquando da discussão das contas de gerência, para que todos pudessem, não só a Câmara mas também a Assembleia, saber como é que estavam as contas da Câmara.-----

-----Quanto à contenção de despesas, era verdade que essa contenção estava a ser feita a todos os níveis, e todos eles estavam conscientes que não estavam no tempo das vacas gordas, estavam efectivamente no tempo das vacas magras, não só em Sesimbra mas também a nível do País, da Europa e se calhar do Mundo. Como tal, todos, em consciência, teriam que saber até onde poderiam ir, esse era um compromisso do executivo e estava em crer que os resultados dessa política de contenção de despesas em breve seria do conhecimento de todos.-----

-----Quanto à situação dos cães, era uma situação extremamente preocupante, desagradável, uma vez que já tinha atingido algo que era incompreensível, inadmissível. Não podia, de maneira alguma, estar de acordo com aquilo que tinha vindo na Comunicação Social, quer a nível da Televisão, quer a nível dos Jornais Nacionais e Regionais.-----

-----Não podia aceitar porque na edição de 5 de Fevereiro no Jornal Correio da Manhã, fora publicada uma carta duma leitora residente no Concelho de Sesimbra, onde fazia acusações muito graves, dizia que a Câmara estava a proceder à captura de cães, colocava-os num espaço reduzido sem luz, sem ventilação, que não lhes dava de comer, nem de beber e procedia ao abate desses animais por asfixia em sacos de plástico.-----

-----Quando tivera conhecimento da carta, fizera um desmentido a toda a Comunicação Social, mas para seu descontentamento só o Correio da Manhã é que publicou esse desmentido, em simultâneo foi contactado pela TVI que falou com ele para saber se aquilo que tinha sido dito correspondia à verdade.-----

-----Tivera a oportunidade de dizer, dando a cara à TVI, como as coisas se passavam: havia legislação que obrigava a Câmara à captura de cães e gatos que vagueavam pelas ruas e punham em risco a Saúde Pública, e inclusivamente já tinham mordido alguns transeuntes, e numa ou outra situação a Câmara tinha que proceder à captura desses animais.-----

-----Como as instalações que existiam não eram as melhores, a Câmara entendera fazer obras, e gastara aproximadamente 4.000 contos de modo a melhorar aquilo a que todos eles chamavam de canil e além disso também foi admitido um funcionário só para tratar dos animais.-----

-----Isto fora explicado à TVI, e que a Câmara comprava a comida para dar aos animais e que

lhes dava água. Fora-lhes dito que a Câmara procurava saber junto de Associações ou de particulares se pretendiam recolher os animais e só depois procedia ao abate. -----

-----O abate dos cães era feito através de injeção letal, porque de certo o veterinário não iria meter os cães dentro de sacos de plástico e matá-los por asfixia, também era impensável que um cão se deixasse matar dentro de um saco de plástico por asfixia. -----

-----Também fora dito à TVI que estava nos propósitos da Câmara para o ano de 2002, incluir em Plano de Actividades a elaboração do projecto, uma vez que já existia terreno destinado para a construção do novo canil. -----

-----Entretanto um grupo de senhoras haviam dito aquilo que entenderam e a TVI passara o que era mais polémico, e de toda a entrevista que dera só transmitira que a Câmara iria colocar em Plano de Actividades de 2002 a elaboração do projecto para o novo canil. -----

-----Antes da notícia vir publicada no Correio da Manhã, ele recebera n cartas, de várias pessoas, a insultarem-no de tudo, a chamarem-lhe assassino cruel, inclusivamente a ameaçá-lo de morte das formas mais requintadas. Naturalmente que não ligara, mandara publicar o desmentido, fora publicado no “Sesimbra Município” um artigo do Veterinário e uma nota dele. -----

-----Depois disso os serviços camarários passaram pelo Porto de Abrigo, e recolheram cinco cachorrinhos e iniciaram um processo para saber quem estava interessado em ficar com os cães, entretanto o grupo de pessoas volta de novo à carga na Internet dizendo que Amadeu Penim tinha mandado apanhar cinco cachorrinhos, tinha-os presos no canil e estava-se a preparar para os abater, quando a Sra., escusava-se de dizer o nome, já tinha arranjado quem ficasse com os cães. -----

-----Isto era mentira, porque a Câmara é que tinha feito todas as "démarches" para entregarem os animais, o que já haviam feito. No Sábado os serviços da Câmara foram contactados pela GNR para procederem à recolha de animais mortos no Porto de Abrigo, os serviços foram ao local e recolheram três dos animais, no Domingo à noite entraram novamente em contacto com os serviços e disseram que estava mais um animal morto, os serviços responderam que não tinham meios naquela altura para recolher o animal, mas que na segunda-feira iriam recolhê-lo, nesse dia apareceu uma senhora da RTP1 a querer falar com ele sobre a história dos cães e a quem ele disse, que o desculpasse mas outra estação de televisão que o tinha contactado sobre o assunto não passara aquilo que ele transmitira, tinha-se limitado a passar aquilo que bem entendera e por isso não iria dar a cara, mas contou-lhe toda a história, e mostrou-lhe quarenta e-mails que recebera, assim como

todos os colegas do executivo, e entre a documentação, ela leu uma carta que o ameaçava de morte.

-----Portanto, esta era a história dos cães no Concelho de Sesimbra, que um grupo de senhoras entendera levantar e que só estavam a roubar tempo para trabalhar noutras coisas, se calhar em prol dos animais. -----

-----Continuaria a trabalhar e a respeitar o que a legislação obrigava, mas estava preocupado, porque agora tinham que fazer mais obras, porque efectivamente havia uma questão que era verdade, a luz que os animais tinham era insuficiente e iriam fazer umas janelas maiores. Iriam criar um espaço no exterior mas teriam que continuar a fazer a captura dos animais, teriam que fazer todo um esforço para que os animais depois de examinados pelo veterinário e de serem ministradas as vacinas, fossem registados e entregues a pessoas os quisessem receber, mas tinham que continuar a abater aqueles que não fossem levantados, mas aquilo era o que acontecia em todo o Mundo. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que era verdade que nas ruas de Sesimbra se viam muitos cães abandonados e não só na Vila como no resto do Concelho, e era lamentável, isto por uma questão de educação, as pessoas queriam os animais e depois não sabiam o que fazer com eles e abandonavam-os na primeira rua, na primeira esquina, na primeira estrada. -----

-----Ele rapidamente contava uma história de uma pessoa, por acaso de Sesimbra, que recolhera um cocker abandonado, faminto, e o levava ao veterinário que verificara que o animal tinha um chip. O chip identificou imediatamente o dono do animal para quem telefonou para saber se ele tinha papéis que identificassem o animal e se lhos queria dar, e o dono respondeu-lhe se lhe desse 50 contos entregava os papéis. Isto que contara, era só para verem até onde chegava a falta de educação e de civismo das pessoas. Ele tinha um cão, que lhe dava muito trabalho mas de quem gostava muito, e condenava essas atitudes. -----

-----Queria contudo dizer ao Presidente que o problema dos cães era delicado, e que se devia fazer chegar às pessoas a informação dos animais que se encontravam no canil e que estavam à disposição de quem os quisessem recolher para que essa possibilidade fosse dada não às pessoas, mas aos animais, pelo que perguntava ao Presidente da Câmara, se havia informação suficiente sobre a existência dos animais que se encontravam para abate. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** que disse que quando chegava a altura de abater um animal punha-se sempre em causa se a informação fora a mais correcta e se a divulgação tinha

sido feita por todo o Concelho. A divulgação era feita através de um funcionário, através da Internet, através de um jornal, enfim, os meios que tinham não eram de maneira alguma aqueles que gostariam de ter, mas o que ele podia dizer é que se seguissem à risca o que a legislação dizia, mesmo fazendo toda essa informação, ao fim do oitavo dia podiam abater os animais, e a Câmara não fazia isso. Há algum tempo atrás, tinham mandado abater uns animais depois de terem feito todos os esforços de modo a que os animais fossem entregues a quem os pretendesse. Era verdade que toda esta situação levava-os agora a ter cuidados mais redobrados, não diria que a informação tivesse sido a melhor, mas, a partir do momento em que se levantara toda aquela polémica, era óbvio que iria ter outros cuidados. -----

-----Aliás, não era por acaso que ele tinha chamado a si o problema, e estava a fazer todos os esforços para que nenhum cão viesse a ser abatido, e estava ali para ser julgado se algum dia houvesse necessidade de abater um animal, e a Câmara não tivesse feito tudo o que estava ao seu alcance para que isso não acontecesse. -----

-----Existiam situações muito graves no Concelho de Sesimbra, ele tinha recebido um ofício da GNR do Comando Distrital de Setúbal, que quase impunha que a Câmara procedesse à captura dos cães vadios, perigosos que andavam na Azoia a matar as ovelhas. -----

-----Tinha documentos de pessoas que haviam sido mordidas por cães que vagueavam nas ruas e quase que obrigavam a Câmara a capturar os cães, mas eram cães extremamente perigosos, e se calhar ninguém os iria querer e esses cães naturalmente teriam que ser abatidos. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Maria Albertina Oliveira** que disse que gostaria de manifestar a experiência que tinha tido relativamente ao canil municipal no passado Novembro. Infelizmente ela tinha perdido um cão de dezasseis anos no dia 7 de Novembro, e tinha recorrido ao canil na esperança de o ver lá, infelizmente não estava, mas abriram o canil para procurar e verificou, contrariamente às notícias que corriam, que havia água, comida, que havia um jovem muito simpático, amoroso, que estava a tomar conta do canil e que fazia tudo por tudo para encontrar dono para os animais, ele divulgava na rádio e já tinha feito a entrega de muitos animais. -

-----Tinha pena que existisse um canil e pensava que não valia a pena irem fazer obras no canil para que o canil ficasse com melhores condições, porque quanto mais condições o canil tivesse, maior seria a irresponsabilidade das pessoas, pois achariam que o canil era um hotel e mais animais deixariam na rua. -----

-----Pensava que a Autarquia e todos em conjunto deveriam tomar medidas, para que a nível nacional fossem tomadas medidas em defesa dos direitos dos animais. -----

-----Algumas autarquias já tinham avançado nalguns processos, como por exemplo na colocação dos chips, porque havia populações carenciadas e não era fácil criar determinados mecanismos em defesa dos animais.-----

-----Havia outro aspecto importante, o da esterilização. Devia-se tomar medidas para que o veterinário que estivesse ao serviço da Autarquia, tomasse determinadas medidas em defesa dos animais. -----

-----O modo como eram tratados os animais demonstrava a cultura dum povo. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Lisandro Trafaria** que disse que não sabia como é que as ditas senhoras andavam sempre em cima dos acontecimentos. -----

-----Ele que andava todos os dias na estrada, via quantos animais eram abandonados, notava-se bem a tristeza no olhar desses animais, a andarem pela berma das estradas, às vezes a atravessar as estradas, e algumas vezes a serem atropelados. Os animais deveriam ser identificados e os donos castigados e obrigados a pagar todas as despesas às autarquias que os recolhessem. Devia-se responsabilizar quem abandonava os animais. -----

-----Usou seguidamente da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que a má imagem normalmente era aquilo que os Órgãos de Comunicação Social procuravam, e eles tinham que tentar, como se dizia, curar o cão com o pelo do próprio cão, e pensava que eles e a Câmara Municipal deveriam partir para uma ofensiva no sentido de modificar aquela imagem, havia que se fazer algum esforço económico, e esse esforço económico passaria por duas medidas que lhe pareciam interessantes. -----

-----A primeira seria a aplicação de chips em todos os cães que existissem no Concelho e portanto devia haver um incentivo para que as pessoas registassem os cães dizendo que a Autarquia comparticiparia na aposição dos chips, e divulgando mesmo o interesse que havia na sua colocação, que apesar de ser cara ajudava a identificar o dono do cão e a pedir-lhes responsabilidade. -----

-----A Câmara Municipal podia perfeitamente, uma vez que estava a pensar em alargar o canil municipal, como uma fonte de rendimento até para suportar os custos com os outros cães abandonados, ter um espaço para canis individuais para que as pessoas pudessem lá deixar por um fim de semana, dois, três, ou quatro dias, o seu animal, em condições, alimentado, vigiado e

cuidado, pagando como se fazia em muitos canis que existiam no País. Em Sesimbra não havia nenhum nem nos arredores. Outra medida que lhe parecia interessante era a esterilização dos animais do Concelho. -----

-----Portanto pensava que seria interessante se a Câmara Municipal pensasse naquela vertente, não diria comercial, mas naquela vertente de compensação das despesas. Também seria conveniente uma campanha de sensibilização para o registo dos animais, mesmo até através do veterinário municipal, porque haviam pessoas que iam ao veterinário municipal vacinar os cães e eles nem sequer estavam registados.. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** encerrou o ponto 1 da Ordem de Trabalhos e deu início à discussão do ponto **2. Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra.** -----

-----Informou que o documento, com alguma dimensão e alguma extensão, baixara à Comissão "D" que reunira duas vezes sobre a matéria e emitira as correspondentes actas que eram extensas tal como o documento. Só hoje tinha sido possível distribuir por todos os Membros. -----

-----Cedido o uso da palavra à **Coordenadora** esta informou que a Comissão tivera a sua primeira reunião no dia 12 de Março com a presença da Sr.^a Vereadora e duas Técnicas que prestaram os esclarecimentos. -----

-----A Vereadora sugerira que se fizesse uma visita pelo Concelho, a qual ocorrera logo no dia 20, para se tomar conhecimento dos locais que estavam sinalizados para os futuros equipamentos educativos. -----

-----No dia 25 a Comissão reunira tendo aprovado, por unanimidade, o documento, que deveria ser entendido como um contributo, o qual embora parecesse naturalmente extenso, era no entender da Comissão um documento que exigiria alguma reflexão. -----

-----"Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra -----

-----O documento que agora nos é presente, para aprovação desta Assembleia Municipal, diz respeito à Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra e representa como é referido na sua Introdução *"dotar o Município com estudos que permitem adequar a rede de infra-estruturas de Educação e ensino à procura previsível para a próxima década"*. -----

-----Reconhecemos que se trata dum documento indispensável ao planeamento do Município quer ao nível da reorganização pedagógica quer quanto à sua integração no espaço geográfico municipal, embora cada vez mais esta perspectiva deva ter uma relação e projecção de nível

supramunicipal e/ou até regional. -----

-----É um facto que a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, a qual veio estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais, refere na alínea a) do n.º 2 no art.º 19 a “*competência dos órgãos municipais em Elaborar a Carta Escolar a integrar nos Planos Directores Municipais*”. -----

-----E aqui é fundamental realçar três questões, que em nosso entender não devem ficar omissas:

----- A **primeira** refere-se à Proposta apresentada à Câmara a 30 de Outubro de 1997, pela Vereadora que então era responsável pelo Pelouro de Educação, aquando da gestão CDU na Autarquia, e mais tarde complementada pela Proposta n.º 59 de 12 de Novembro do mesmo ano, sobre “**Elaboração da Carta Escolar e Carta Desportiva do Concelho de Sesimbra**” as quais foram aprovadas por unanimidade. Daqui se deduz que a preocupação do reordenamento dos equipamentos educativos e desportivos e a sua integração no PDM estava patente na iniciativa política, que então era aprovada, contudo, era ainda inexistente o enquadramento legal, tal como hoje é referido na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. -----

----- A **segunda** nota, diz respeito à ausência que é feita no documento, desde o Prefácio à Introdução e do Enquadramento da Política Educativa às Fontes de Informação, sobre o enquadramento legal que lhe deu origem ou qualquer referência à deliberação da Câmara, então assumida, sob proposta da CDU a qual lhe deu o primeiro sinal de vida, já em 1997! -----

----- Em **terceiro lugar**, saliente-se que a Proposta então aprovada referia-se também à necessidade de se elaborar em simultâneo a Carta Desportiva do Concelho, já que ao nível do planeamento é inevitável a complementaridade deste tipo de equipamentos, evitando que deste modo sejam cometidos os mesmos erros do passado, como são os casos evidentes das Escolas Secundária de Sampaio e EB 2,3+S da Quinta do Conde, resultado das opções políticas dos sucessivos governos responsáveis pela Educação e/ou pelo Desporto.-----

-----Sobre esta questão podemos deduzir uma das duas coisas: ou a presente Carta está incompleta ou a opção política é no sentido de desvalorizar o desporto, não lhe dando qualquer enquadramento ao nível do planeamento do Município. -----

-----Sempre entendemos que a Educação é um factor determinante para o desenvolvimento estratégico do Concelho de Sesimbra, e o seu enquadramento deve ter uma visão global e integrada, logo a feitura da Carta Escolar e Desportiva é uma lacuna a suprimir. Para além do valor técnico,

desta Carta Escolar, deve ficar bem vincada a importância da vontade política que a fez nascer, o empenho de quem a desenvolveu e a responsabilidade que Câmara e o Governo devem assumir para a sua concretização. -----

-----Passando agora a uma análise sobre os documentos que nos são apresentados, gostaríamos de referir alguns contributos que, positivamente, o venham a enriquecer:-----

----- A primeira questão diz respeito à desactualização dos valores demográficos apresentados no presente estudo, já que entretanto são conhecidos os **Valores preliminares dos Censos de 2001**, embora reconhecemos que foram trabalhados os valores que no momento da feitura desta Carta, estavam disponíveis. Contudo tal como aconteceu com a grande expansão, ocorrida na Freguesia da Quinta do Conde em que a Taxa de Variação na década de 1981-1991 foi de 95.8%, (pág. 42) será obviamente necessária uma redobrada atenção sobre o planeamento atempado, dos equipamentos de Ensino no Concelho e em particular nesta Freguesia. -----

-----Embora façamos uma referência especial, a esta Freguesia não significa que a preocupação não seja idêntica para as outras Freguesias – Castelo e Santiago – tanto mais que as estratégias de desenvolvimento para cada uma delas deverá ser pensado quer pela expansão urbanística na Freguesia do Castelo quer por um certo “emagrecimento” da Freguesia de Santiago. Aqui o seu despovoamento será, no futuro próximo, tanto mais grave quanto ele pode contribuir para a descaracterização da própria vida da vila, afastando as pessoas para outras zonas da sede do Concelho. -----

-----E a Escola pode também contribuir para a fixação das pessoas à sua terra, quando esta se insere na comunidade local! -----

----- Uma segunda questão diz respeito ao “**Ensino Recorrente**” (pág. 36) que funciona em 3 Escolas com intervenções diferentes no nosso concelho. Considerando que uma das suas valências diz respeito ao analfabetismo, não se verifica que ao longo do estudo sejam apresentados quaisquer valores sobre os níveis de analfabetismo ainda existentes no Município e quais as perspectivas tendentes à sua minimização junto da nossa população.-----

-----Nesta área de ensino, defendemos que seria possível elaborar uma “radiografia concelhia” sobre a realidade actual em matéria de analfabetismo, já que este trabalho desenvolvido no Município pode permitir essa caracterização. -----

-----Parece-nos que esta questão deve merecer uma análise específica e perspectivá-la, quanto

antes, no contexto da formação integral do indivíduo e da qualificação da nossa população, particularmente a, mais idosa. -----

-----Igualmente consideramos de primordial importância que se venha a reflectir sobre o número de emigrantes estrangeiros que no momento actual procuram o nosso concelho em “gozo de reforma” e ou na procura de emprego. Aliás, já hoje existem nas nossas Escolas do Concelho, alunos e alunas, que oriundos de outros países já aqui vivem com os seus pais.-----

----- Também o “**Ensino Especial**” (pág. 37), (embora seja mais correcto chamar-lhe **Educação Especial**) sediado na Cercizimbra ainda que bem caracterizado através da apresentação das suas valências e objectivos, não se dá conta duma perspectiva de evolução profissional nomeadamente através do “Centro de Reabilitação Profissional”. Entendemos que este aspecto representa uma lacuna grave já que se trata duma estrutura educativa com trabalho de reconhecido mérito no nosso concelho, no país e até no estrangeiro e de grande valor pedagógico e profissional para as crianças e jovens do concelho com estas características.-----

-----Atendendo que se trata de uma área do ensino importante e de grande valor educativo no apoio às diferentes escolas do concelho, a Carta de Equipamentos Educativos (nomeadamente na valência de “Escola de Ensino Especial” e no “Centro de Reabilitação” já referido), deveria apresentar indicadores de expansão e perspectivas de intervenção no concelho.-----

-----É na realidade um trabalho muito específico que abrange as três freguesias do concelho (sabemos nós... já que o documento nada refere sobre este aspecto) sendo certo que no âmbito das aspirações dos seus responsáveis existirão outras áreas a desenvolver e outras metas a atingir. -----

-----É a evolução pedagógico-profissional e a conseqüente necessidade de serem criadas outras áreas profissionais de integração na vida activa através da sua ligação ao mundo do trabalho. -----

-----É a perspectiva que se defende sobre o acolhimento dos jovens deficientes, cujas famílias vão ficando sem meios de os continuar a proteger.-----

-----“Esta nova vida para os deficientes” implica integração no “espaço municipal” logo, devem nascer novos equipamentos e estes devem estar equacionados e contemplados neste Documento, mas... não os encontramos.-----

-----Outra preocupação que nos ocorre é dirigida para o **Ensino Profissional** descrito no documento na pág. 38 o qual refere que ... “o número de alunos que procuram escolas profissionais situadas fora do concelho indicia uma oferta desajustada das motivações dos Jovens” ... (pág.38) e

mais à frente diz ainda que... *“A vila de Sesimbra tem visto a sua vocação turística reforçada “... e se tem verificado ... um abandono da tradicional actividade piscatória” (pág. 43).* -----

-----Destas afirmações e do conhecimento que temos desta terra, o Centro de Formação profissional – FORPESCAS, tem a sua importância, mas deve ser profundamente “re-equacionada” (embora isto seja dito) no sentido da rentabilização das infra-estruturas do Centro, da sua adequação as actuais necessidades “do mercado de Sesimbra” e da qualificação e alargamento para outras áreas profissionais de interesse para o concelho e particularmente para os jovens. -----

-----O documento também nada diz sobre a caracterização do Centro – evolução alunos, cursos ministrados, áreas profissionais, etc. – e são também omissas as perspectivas de desenvolvimento para este sector. -----

-----Esta área profissional é um sector específico do ensino, a funcionar em estruturas que devem ser rentabilizadas e ou redimensionadas para outra (s) área (s), o que não quer dizer que lhe seja retirada a sua principal vocação que são as Pescas. -----

-----O documento nada refere sobre esta matéria e bem nos parecia que o deveria ter dito. -----

-----Em nosso entender, recomendamos que seja reanalisada esta questão tendo presente a possibilidade de instalar também um Centro de Formação Turística e/ou de Construção Civil reforçando deste modo as “ofertas” profissionais a que os jovens de Sesimbra podem aceder. -----

-----Mas se o problema se coloca, em evidência, para as instalações de FORPESCAS, também não é menos importante que seja estudada a possibilidade de alargar esta “rede profissional” não só a outras áreas mas também a outras zonas do Concelho, nomeadamente à Freguesia da Quinta do Conde, já que aqui o crescimento populacional, é evidente e sê-lo-à no futuro, a confluência geográfica com outros concelhos já hoje acontece e as valências profissionais podem e devem ser equacionadas ao nível dum documento com estas características. -----

-----Esta perspectiva poderá ainda ser desenvolvida com parcerias e organizações locais e/ou de âmbito regional, que no futuro possam viabilizar este Projecto de Formação. -----

-----Quanto à **“Proposta de Reorganização da Rede”** tal como é referido no documento trata-se duma questão de carácter pedagógico, mas também de ordenamento territorial e urbanístico e é neste ponto que nós gostaríamos de expressar o nosso alerta em particular nas seguintes questões: --

----- A presente Carta não deve ser entendida como um mero exercício de Carta Escolar, mas fazer dele um compromisso político envolvendo a Autarquia nos aspectos em que as suas

atribuições e competências são claramente definidas, mas, sobretudo na defesa, junto da Administração Central, dos recursos financeiros e meios necessários à concretização das propostas, Equipamentos Educativos, que constam nesta Carta. A este propósito refira-se o que se passa –já com a Escola Secundária de Sampaio que “*desde Fevereiro de 1998 aguarda o eventual financiamento do PRODEP para a concretização do ante-projecto já existente na DREL*” como é referido na pag. 13. -----

----- O documento ao equacionar as respectivas prioridades, não só está a assumir, um compromisso sério e importante, junto da Comunidade Educativa – pais, encarregados de educação, professores e funcionários - mas também para com a população do Concelho que se revê neste problema como uma das áreas mais importantes para a formação dos jovens, qualificação dos diferentes sectores da população, a promoção de interesses sociais, culturais e económicos para o Município e até a afirmação da sua qualidade de vida na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Tal como o próprio PDM, também este documento deve ser dinâmico, aberto e interactivo com a população local de forma a promover o esclarecimento das opções, a recolha de opiniões e a disponibilidade em saber dar respostas concretas aos problemas que se vão colocando. Fechar uma “Escola”, se pode ser fácil em termos de planeamento, mas é certamente doloroso e incompreensível para aqueles e daquelas que ali aprenderam as primeiras letras da vida e conheceram com os seus pais e avós a importância da Escola para sua aldeia. Esperamos que a verdadeira função social que compete à Câmara assumir, seja tomada com a participação da população. -----

----- Através da leitura do documento ficámos “a saber” que o Decreto Lei n. ° 147/97, considera o nosso Concelho como “zona menos carenciada” face ao valor médio que é obtido (63%) de cobertura do Ensino Pré-escolar para o concelho, o que significa “não beneficiar de apoios financeiros” (pag. 19). A este propósito é importante reter os valores das respectivas Freguesias, isto é 70% para a Freguesia do Castelo, 71%, para a Freguesia de Santiago e 55% para a Freguesia da Q. do Conde. -----

-----Perante estes números, não só o Concelho de Sesimbra fica penalizado como a Câmara fica impedida de beneficiar de apoios financeiros para colmatar a situação de desvantagem que tem a Freguesia da Q. do Conde. Entendemos que esta é uma questão de importância vital para que esta Carta não só seja cumprida, mas também que a própria Autarquia tenha capacidade de dar resposta

às necessidades que estão evidenciadas na Carta. -----

-----Em nosso entender, estamos perante uma afirmação política que não deve ser subvalorizada pela Câmara Municipal. -----

----- No campo da **“Proposta de Reorganização da Rede”** e em particular no Território Educativo, n.º 7 que integra apenas a Freguesia de Santiago, este não apresenta qualquer proposta quer para a Educação Pré-escolar - Rede Pública – quer para as duas escolas existentes – Ensino Básico 1º Ciclo e Escola Ensino Básico 2º e 3º Ciclos de Sesimbra. Aliás, na pág. 50, é feita a apresentação das tendências de jovens de idade escolar por freguesia e damos conta de *“uma diminuição considerável da população em idade escolar”* para a Freguesia de Santiago, porém parece-nos importante reflectir sobre duas questões: -----

----- **a)** – Não há rede pública para o Pré-escolar e a sua criação pode ser um contributo à fixação dos casais jovens. A sua criação, nesta freguesia, poderá surgir como EB1/JI.e/ou “anexada” à EB/1 permitindo uma “oferta pública” para este grau de ensino. Será também conveniente realçar a Taxa de Ocupação desta Escola com aproximadamente 100%. Daí a manifestação da nossa preocupação! -----

-----**b)** – A EB 2 + 3 de Sesimbra não surge com nenhuma intervenção ao nível da ampliação ou da sua reconstrução, contudo há uma contradição no documento quando refere na pag.33 que esta Escola deveria possuir “Ginásio” – Como nota de rodapé podemos afirmar que esta Escola tem “Ginásio”! . -----

-----Tal como já foi referido, o enraizamento da escola no meio urbano é fundamental para quebrar o abandono dos jovens, da sua Freguesia, acrescido o facto de muitas crianças continuarem a acompanhar os seus pais que trabalham nesta Freguesia, embora se refira a imigração da gente jovem para a Freguesia do Castelo. -----

-----Em nosso entender esta situação deveria ser reanalisada e integrada nas alterações propostas no âmbito da Carta, já definida na pág. 87. Aliás, é ainda importante sublinhar o facto de por si só esta Freguesia representar **“uma proposta de Território Educativo”**, porém não advém daqui nenhuma vantagem do ponto de vista pedagógico ou na melhoria das infra-estruturas escolares na Freguesia de Santiago. -----

-----Antes de terminar a apresentação do nosso contributo, gostaríamos de deixar duas “notas de rodapé”. A primeira vai no sentido de esclarecer que em nenhum curriculum escolar existe a

disciplina de “Ginástica”, mas sim Expressão e Educação Físico-Motora e Educação Física. Parece-nos que para uma Empresa que faz uma Carta Escolar é importante conhecer o Curriculum Escolar para poder prever os respectivos equipamentos; A segunda nota diz respeito à necessidade de num documento com esta responsabilidade e importância não utilizar a “nomenclatura dos equipamentos” conforme é descrita nas “Normas para programação de equipamentos colectivos”, do Ministério do Planeamento da Administração do Território, Jan., 90, onde referem os Grandes Campos Jogos, Pequenos Campos Jogos, Salas de Desporto, Pistas de Atletismo, etc. -----

-----Esperamos que tenha sido útil esta ajuda! -----

-----Face ao exposto propomos que a Assembleia Municipal aprove a **Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra**, considerando a seguintes recomendações; -----

-----a) Que a Câmara Municipal dê resposta efectiva à Proposta então aprovada em 1997, no sentido da elaboração da “**Carta de Equipamentos Desportivos para o Concelho de Sesimbra**” atendendo à importância dos equipamentos desportivos no contexto das actuais e das futuras Escolas do Concelho bem assim como as diferentes infra-estruturas desportivas da responsabilidade do Movimento Associativo e da própria Autarquia; -----

-----b) Que a Câmara desenvolva todos os esforços no sentido de elaborar também, a **Carta de Equipamentos Culturais e Sociais**, tendo presente as manifestações culturais e tradições da nossa população, criando condições à previsão de outros equipamentos que no contexto da comunidade também têm uma relação directa com a vida da Escola; -----

-----c) Que a Carta Escolar, **já aprovada pela DREL**, seja verdadeiramente assumida pela **Administração Central** em parceria com a Autarquia Local, de forma a comprometer-se no apoio financeiro e na definição de políticas que permitam a construção dos equipamentos educativos que a mesma defende; -----

-----d) Que a Câmara Municipal dinamize o **processo de actualização da Carta de Equipamentos Educativos**, e a sua integração no território municipal, disponibilizando para o efeito os respectivos terrenos, no âmbito do PDM, tendo em vista as construções escolares previstas nesta Carta; -----

-----e) Que a Câmara, no contexto da **actualização da Carta**, realize esforços no sentido de reanalisar as seguintes questões: -----

----- Estudar as possibilidades de **rentabilizar as actuais instalações da FORPESCAS**, no

sentido de serem criadas novas áreas profissionais segundo as necessidades do Concelho e zonas limítrofes considerando também a posição estratégica da Freguesia da Quinta do Conde; -----

----- Reanalisar as condições actuais de funcionamento da **Escola Básica 2,3 de Sesimbra**, dadas as limitações espaciais e as exigências técnico-pedagógicas que hoje se colocam ao desenvolvimento dos 2º e 3º ciclos do ensino básico salientando-se a importância que a Escola pode assumir na fixação da população local à Freguesia de Santiago; -----

----- Requacionar, no contexto da Política Local de Educação, os outros graus de ensino, nomeadamente a **Educação Especial e Ensino Recorrente** atendendo à sua importância na formação global da população e da nossa comunidade; -----

-----f) Que a “**Orçamentação da Proposta para novas construções e ampliação**”, referida na pág. 85 seja dimensionada atempadamente com o Governo, quer ao nível da reivindicação de políticas de Educação capazes de colmatar estas necessidades, quer na descentralização de novas responsabilidades para as Autarquias Locais, tendo presente os apoios financeiros às respectivas prioridades do Município; -----

-----g) Que a Câmara Municipal crie o **Conselho Local de Educação**, no âmbito da actual legislação, no qual devam estar representados todos os órgãos autárquicos, representantes dos diferentes estabelecimentos de ensino e/ou escolas sediadas no concelho, representantes dos pais e/ou Associações de pais e Comissões de alunos numa perspectiva de participação na Política Local de Educação, na qual deve estar presente a exequibilidade desta Carta." -----

-----Seguidamente o **Membro Francisco Alvim** disse que lamentava que a Carta fosse feita na base dos censos de 1991 uma vez que a Quinta do Conde precisava de um acompanhamento mais actual. -----

-----Usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que começou por pedir desculpa pelo seu atraso na chegada à reunião, mas por motivos profissionais não lhe tinha sido possível fazê-lo mais cedo.

-----Tomara conhecimento naquele momento daquele extenso documento que se intitulava “Actas de reuniões da Comissão “D”, e como deviam calcular não era fácil fazer uma análise e dissecar todas as problemáticas que ali eram levantadas, porque não só se debruçava sobre a Carta de Equipamentos propriamente dita, como da leitura que tinha acabado de fazer, e não era fácil ler um documento e na mesma altura fazer a análise, era ali efectuado um conjunto de considerandos e análises sobre o ensino, a educação, e o desporto no País e no Concelho nomeadamente, que lhe

parecia merecer uma atenção mais aprofundada. -----

-----Assim sendo, e dado que a Comissão não propunha especificamente nenhuma alteração à Carta de Equipamentos de Ensino, mas sim recomendações, o que lhe parecia mais lógico, era que a Assembleia votasse e aprovasse a Carta de Equipamentos de Ensino para o Concelho de Sesimbra, e que tomasse também a iniciativa de aprovar a realização de uma sessão temática dada a importância que aquele problema açambarcava, educacional e desportivo do Concelho e do País, e propunha, que as recomendações apresentadas pela Comissão passassem para a sessão temática a realizar a breve prazo, podendo eventualmente dar-se uma perspectiva mais ampla, dum análise mais livre, sobre o que cada um pensava sobre a educação, os equipamentos e o desporto, e as actividades sócio culturais do Concelho de Sesimbra. -----

-----Portanto, ele pessoalmente gostaria muito de se pronunciar sobre um conjunto de situações que o documento continha, e como já tinha dito, só naquele momento tivera conhecimento do mesmo, não se encontrava suficientemente preparado para o fazer. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que a questão que era apresentada pelo Membro Miguel Bastos, do seu ponto de vista, parecia-lhe que tinha duas leituras.

-----A primeira referia-se ao documento propriamente dito e ao parecer que a Comissão entendera fazer, da leitura, do debate, da análise que fizera sobre o mesmo, e sob o seu ponto de vista entendia que, ele deveria merecer tal como outros documentos de igual importância, de discussão e aprovação naquela sessão. -----

-----Naturalmente que compreendia que pela importância do documento e aquilo que ele representava como orientação dos equipamentos de Ensino para o Concelho, não devia de maneira nenhuma ser discutida sem um conhecimento mais generalizado, e portanto, se a Assembleia não se sentia verdadeiramente em condições de analisar o documento, tendo como base uma análise de trabalho de casa que a Comissão tinha feito, ela julgava que era importante que o fizessem numa outra sessão. -----

-----Quanto à questão de uma sessão temática, naturalmente que partilhava da mesma opinião, mas do seu ponto de vista, a sessão temática sobre educação ou eventualmente sobre outras áreas, não tinha do seu ponto de vista nenhuma relação directa com a aprovação da carta, tinha que ver com a discussão, com a análise geral do Concelho, o seu enquadramento em termos até dum perspectiva regional, num enquadramento da Área Metropolitana de Lisboa e numa visão global

em termos do País. -----

-----Por sugestão da Mesa o Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos por cinco minutos.-----

-----Reiniciados os mesmos o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Membro Miguel Bastos** que disse que da análise que fizera constatara que existiam duas formas de equação quanto ao problema, ou a Assembleia Municipal aprovava naquele dia a Carta de Equipamentos de Ensino, guardando para outra oportunidade a análise e aprovação das recomendações, ou dado que não havia nenhum carácter de urgência na aprovação do documento, e a colega de Assembleia Odete Graça e alguns elementos da Comissão tinham mais interesse na aprovação da Carta acompanhada das recomendações, que aquela Assembleia viesse a considerar como úteis de serem aprovadas, a sua Bancada concluíra que seria de maior interesse para a Assembleia o adiamento do ponto da ordem de trabalhos para aprovação na próxima sessão com as recomendações que se considerassem mais correctas.-----

-----Paralelamente com aquilo, propunha a realização de uma Assembleia Temática a definir-se em Comissão de Lideres sobre o Ensino no Concelho de Sesimbra, ou Escola no Concelho de Sesimbra. -----

-----Portanto, a ideia seria aprofundar algumas das problemáticas levantadas na análise que a Comissão fizera a propósito da Carta Escolar, e permitir um amplo debate à Assembleia e a outros elementos que fossem convidados, e aos Munícipes que quisessem estar presentes e os quisessem acompanhar nessa mesma análise. -----

-----Usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que relativamente àquela matéria poderiam considerar o seguinte, a Câmara Municipal apresentara à Assembleia uma proposta da Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra, a Comissão “D” reunira por duas vezes. -----

-----Tanto quanto lhe era dado a perceber havia ali um trabalho aprofundado com a colaboração quer dos membros da Assembleia Municipal, quer com a colaboração da Vereadora, e que inclusivamente haviam feito uma deslocação ao Concelho para análise pontual de várias situações. -

-----A Comissão viera, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação daquele documento, com um conjunto de recomendações também elas aprovadas por unanimidade. -----

-----Pensava que, não existindo uma questão de fundo na discussão daquela matéria, porque essa

havia sido feita na Comissão, não fazia qualquer sentido estar a adiar a discussão e votação do assunto, poder-se-ia fazer efectivamente uma Assembleia Temática, mas não teria um carácter formal e deliberativo como tinham as outras sessões.-----

-----A sua Bancada entendia que aquele documento devia ser votado hoje, porque estava devidamente tratado, não tinha sido levantada uma única questão de fundo sobre aquele documento, e quanto ao conjunto de recomendações era normal que a Assembleia Municipal quando aprovasse aquele ou qualquer outro documento fizesse recomendações, era evidente que as recomendações poderiam não ser para amanhã mas havia ali uma indicação clara e política da Assembleia Municipal relativamente a um conjunto de questões que gostaria de ver tratadas e colocava-as sob a forma de recomendação. -----

-----Não se podia ignorar que havia ali, no conjunto das recomendações, um trabalho exaustivo efectuado pela Comissão. A sua bancada tinha inteira confiança nos seus representantes naquela como nas outras Comissões, e pelo respeito do trabalho que fora executado pela Comissão, entendia que se devia votar naquele momento a proposta e as recomendações, sem prejuízo, de se fazer uma Assembleia Temática sobre a matéria, inclusivamente alargada ao conjunto de recomendações que ali vinham sobre a elaboração de outros documentos .-----

-----**O Membro Odete Graça** disse que naturalmente o trabalho que tinha sido feito na Comissão fora um trabalho exaustivo, de debate, de levantamento de questões, de aproximação inclusivamente até de perspectivas, e sobretudo muito ao nível do que era ou que devia ser, na perspectiva da Comissão, em confronto com aquilo que era apresentado, uma Carta Escolar ou/e uma Carta de Equipamentos, mas já não ia por aí porque o seu ponto de vista não era a mesma coisa. -----

-----Por isso pensava que a Comissão perante a leitura que fizera produzira aquele documento, e no seu ponto de vista não fazia sentido a Assembleia aprovar a Carta sem as recomendações, porque elas não sendo recomendações no sentido da alteração do texto, eram recomendações que vinham no sentido de aprofundamento de algumas questões que no entender da Comissão não tinham sido abordadas da forma ou do modo como gostariam de ver abordadas. -----

-----As recomendações da Comissão iam no sentido de reforçar politicamente o documento, como forma de reivindicação de políticas para a construção daquilo que defendia e para aquilo que era aprovado na Carta e iam no sentido da mobilização de vários sectores da Comunidade, como

por exemplo os empresários, por forma a que também fosse uma área dinâmica a nível da comunidade, através de um Conselho Local de Educação, que aliás era previsto na Lei, e por sinal a Câmara de Sesimbra tivera o privilégio de já ter em funcionamento há muito tempo, a Comissão Concelhia de Educação. -----

-----O que a Comissão propunha não vinha de modo nenhum inviabilizar a sequência e a aplicação da Carta, as recomendações vinham no sentido da enriquecer, de dar contributos políticos em termos de futuro e por isso a Comissão fizera o trabalho com gosto, com gosto apresentava-o, e com gosto achava que a Assembleia Municipal devia acolher as opiniões apresentadas. -----

-----Mas também não queria coartar a possibilidade dum maior espaço de amadurecimento das questões, aprovar a Carta sem as recomendações é que não fazia sentido, aprová-la num tempo depois, todo o tempo do Mundo . -----

-----Quanto à sessão temática, subscrevia integralmente a proposta apresentada. Pensava que deveria ser mais debatida ao nível da Comissão de Líderes, porque pensava que podiam haver questões a discutir importantes para um início de Assembleias Temáticas. -----

-----Seguidamente usou da palavra a **Vereadora Felícia Costa** que disse que era importante aprovar a Carta com as recomendações, porque estas vinham no sentido de reforçar, no fundo, aquilo que era o teor fulcral do documento, que era a definição de uma co-estratégia ao nível da construção de equipamentos, não vistos apenas como meros receptáculos de alunos, mas inseridos num contexto social mais alargado, onde obviamente as questões ao nível dos equipamentos sociais e as questões ao nível dos equipamentos culturais, bem como dos equipamentos desportivos eram de fulcral importância, por isso pensava que as recomendações reforçavam a importância do documento e a dinâmica que este poderia ter no futuro educativo do Concelho. -----

-----No entanto gostaria de dizer que algumas das recomendações estavam já a ser estudadas pela Câmara Municipal de Sesimbra. Naquele momento, o Pelouro de Educação preparava-se para celebrar um contrato com a mesma empresa que elaborara a Carta Escolar, a CESUR, com vista à actualização da Carta tendo em atenção algumas das realidades que entretanto foram mudando nomeadamente ao nível do aumento demográfico para determinadas Freguesias, mas sobretudo para a Freguesia da Quinta do Conde, porque os censos de 2002 haviam revelado números muito diferentes daqueles que eram contemplados na Carta Escolar. -----

-----A actualização iria ser feita à medida das necessidades, mesmo ao nível da criação de novos

estabelecimentos e novos equipamentos de ensino. As prioridades que estavam estipuladas na Carta Escolar poderiam ser alteradas, ou seja, pensava que para as pessoas que estavam ali presentes aquela conversa poderia ser um pouco estranha, pois não conheciam o documento, mas o mesmo tinha uma projecção espacial até 2011, previa a criação de novos estabelecimentos de ensino, novos equipamentos escolares, tendo em atenção as dinâmicas e as vivências próprias de cada Freguesia, por isso é que contemplava o encerramento de várias escolas, a criação de outras e o redimensionamento de outras. -----

-----Essas prioridades podiam e iam ser obviamente mudadas tendo em atenção as realidades que iam aparecendo e que já tinham aparecido com os Censos de 2002, e portanto esta actualização que era fulcral. -----

-----Uma outra recomendação feita pela Comissão, que tinha a ver com a criação do Conselho Local de Educação para substituir a Comissão Concelhia de Educação que neste momento existia, também era uma preocupação do Pelouro de Educação, aliás, naquele momento estavam já a contactar todos os parceiros sociais e a comunidade escolar, na qual englobavam não apenas os professores e alunos, mas também as Associações de Pais. -----

-----Quando se referia ali que a Carta Escolar, já aprovada pela DREL, representava também uma responsabilidade do Poder Central, era porque implicava o reconhecimento e o aval da própria DREL quanto à necessidade de se construir nas áreas indicadas pela Carta, e de se construir determinadas escolas em alternativa a outras tantas. -----

-----Portanto a aprovação da Carta pela DREL, tinha implícita já uma co-responsabilização do Poder Central na construção do novo Parque Escolar, e a prova disso era que dois dias atrás, a DREL estivera na Quinta do Conde a visitar, "in loco", o terreno onde ia ser construída a nova Escola Básica Integrada da Boa-Àgua, que estava prevista na Carta como prioridade zero, ou seja, para avançar já. -----

-----Fora falado também nessa visita que seria necessário, tendo em atenção os números dos censos 2002, projectar a Carta para outros números que não os constantes da mesma e para outras prioridades. Fora também dito à DREL que seria necessário começar a pensar já ao nível da construção de outras escolas, nomeadamente escolas no Conde 1. -----

-----Portanto, algumas das recomendações da Comissão, estavam a ser tratadas pelo executivo em paralelo com a DREL. -----

-----Não sabia se aquilo podia ajudar, ou não, as várias Bancadas, a avaliar da necessidade, ou não, de terem mais tempo para amadurecer as recomendações, de qualquer forma, a parte substantiva das recomendações, eram preocupações do executivo e estavam já a ser tratadas. -----

-----Como mais nenhum membro pretendeu usar da palavra **o Presidente da Assembleia Municipal** colocou á votação **a proposta do agendamento posterior da Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra numa próxima sessão da Assembleia Municipal, tendo-se verificado um empate, com 12 votos a favor do PS e 12 votos contra da CDU e do PPD/PSD.CDS/PP.**-----

----- **O Presidente da Assembleia Municipal** pôs novamente o assunto à discussão, tendo usado da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse não perceber a lógica das intervenções produzidas, pelo seguinte: -----

-----Em primeiro lugar ele tinha feito uma proposta concreta e objectiva que era aprovar a Carta Escolar "tout court" e guardar para uma posterior análise as recomendações que a Comissão apresentava, e usara um argumento que era perfeitamente lícito e válido em processos de Democracia, e que só não eram reconhecidos em processos de prepotência, e esse argumento é que tinha tomado conhecimento do documento, há dez minutos ou há um quarto de hora naquela sessão, e não aceitava atestados de incompetência, ou de desconfiança fosse de quem fosse. Pensava pela sua cabeça, e agia de acordo com aquilo que lhe parecia correcto, e haviam recomendações com as quais não concordava de maneira nenhuma, apesar de respeitar e assumir que haviam camaradas seus que concordavam, por isso é que o Partido Socialista era um Partido diverso na opinião. -----

-----Portanto aquela tinha sido a sua posição. A posição do Membro Odete Graça, da Bancada da CDU, era de que não fazia sentido aprovar o documento sem as recomendações e portanto propunha, numa atitude de consenso, que se adiasse, que não se aprovasse naquele dia a Carta, para se poder votar conjuntamente as recomendações, e haviam chegado a uma situação de consenso, ou seja, ele retirara a sua proposta de aprovação naquele dia da carta, para num próximo agendamento votar em consciência as recomendações, ficara no entanto perplexo com a posição da Bancada da CDU que pretendia dentro de certa medida inviabilizar uma proposta que era de consenso, neste tipo de actuação em que não se encontrava nem se revia.-----

-----Portanto a sua posição continuava a ser aquela que acordara no intervalo, não iria votar o ponto, mas propor o seu agendamento para outro dia, ele poderia forçar que a Carta fosse aprovada

e as recomendações todas rejeitadas, mas não impusera isso aos Membros da Assembleia, pedira apenas que o deixassem pensar pela sua cabeça, e ver como é que deveria agir, portanto continuava a manter a sua posição de aceitar a proposta de consenso e adiar-se o ponto para uma próxima sessão e aí poder-se enriquecer o documento com as recomendações que lhes parecessem mais convenientes.-----

-----Usou seguidamente da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que pensava que havia ali um tremendo equívoco, e esse equívoco tinha a ver com o seguinte: A única pessoa que estava a levantar o problema relativamente à aprovação, ou não, do documento com as recomendações, naquele dia, ou a transposição daquela matéria para outra sessão, acabava por ser o Membro Miguel Bastos, que na sua intervenção só tinha falado em nome próprio, e portanto, no fundo, estavam ali vinte e três contra um, que não queria, e que mais uma vez vinha ali numa atitude de prepotência, quando afirmava peremptoriamente se ele quisesse impunha. -----

-----A Bancada do PSD tinha uma posição coerente e demonstrava-o desde o princípio, entendia que havia um trabalho feito com o qual concordava e não fazia sentido aprovar um documento sem as recomendações, porque as recomendações eram anexas ao documento. -----

-----O Presidente da Assembleia deveria usar o seu voto de qualidade, e resolver-se a situação. --

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que o Membro Carlos Filipe estava um pouco equivocados, porque de facto dizia o artigo 51º do Regimento. -----

----- *Ponto 1: Sempre que ocorra empate o Presidente colocará de novo o assunto á votação. ---*

-----*Ponto 2: Se o empate subsistir o assunto é novamente agendado com urgência . -----*

-----*Ponto 3 : O empate na terceira votação equivale a rejeição.-----*

-----Deu em seguida a palavra ao **Membro Odete Graça** que disse que, porque se estava no principio do funcionamento daquela Assembleia, de terem que definir o que era uma Comissão, quais eram as suas competências e responsabilidades.-----

-----Havia um trabalho feito pela Comissão, e naturalmente compreendia que não devia ficar restrito às pessoas da Comissão, mas todas as pessoas que dela faziam parte, articulavam com as respectivas forças políticas, e tomavam posições, por isso se o conhecimento do Membro Miguel Bastos não fora mais atempado, então teriam que encontrar formas administrativas mais expeditas, para que aqueles processos chegassem mais rapidamente às mãos de todos, mas também perguntava se efectivamente os Membros das Comissões não poderiam de alguma maneira facilitar aquele tipo

de trabalho, ela tinha feito essa facilitação, provavelmente também outros Partidos o haviam feito, era claro que isso não obstava a que todos, independentemente do trabalho da Comissão, pudessem e tivessem a liberdade de participar em todos os documentos. -----

-----O trabalho da Comissão não devia ser subvalorizado. O propósito da Comissão era haver uma discussão esclarecedora, uma discussão de posicionamentos relativamente à perspectiva das cartas, e à carta escolar que lhes era apresentada, e afinal estavam a discutir como é que iam discutir a carta, e aspectos meramente metodológicos. -----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que o Membro Odete Graça viera juntar um problema em cima de outro problema, que era a problemática das próprias Comissões, e até de como deveriam funcionar, se eram vinculativas ou não, ele achava que esse era um outro assunto, e que deveria merecer uma análise daquela mesma Assembleia, porque ao longo dos anos cada vez mais as Comissões eram esvaziadas de sentido, mas não tinha sido concerteza pela sua Bancada que isso tinha acontecido, e achava que deviam ser realmente revistas.-----

-----O que ele nunca podia aceitar, era que a metodologia de trabalho de uma Assembleia, fosse que uma Comissão vinculasse o todo da Assembleia, isso é que nunca podia ser aceitável, agora que era de louvar o trabalho realizado não tinha dúvidas nenhuma sobre isso. -----

-----Usou da palavra o **Membro Júlio Joaquim** que disse que não compreendia o argumento de que o documento só tinha sido entregue naquela Assembleia, como é que se podia compreender que não se tivesse argumentado da mesma forma quando na sessão anterior se tinha introduzido à última da hora o processo da tomada de posse administrativa para quatro lotes de terreno na Quinta do Conde.-----

-----Portanto era preciso ter em atenção aquele caso e aquele tipo de pormenores, para que a situação não se repetisse, porque ele não gostaria de ver amanhã a Câmara Municipal aparecer em cima da hora com um documento e depois se esquecerem que aquela situação ocorreu. Portanto só queria frisar que aquilo acontecera.-----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que eram situações distintas, na anterior Assembleia Municipal fora a introdução, decidida na própria sessão, do ponto na Ordem de Trabalhos, o que era possível porque se tratava de uma Sessão Ordinária, simplesmente a respectiva documentação tinha dado entrada na Assembleia com mais antecedência, não tinha dado entrada no próprio dia. -----

-----O **Membro Miguel Bastos** disse que pensava que quem tinha que clarificar a situação era quem arranjara o problema, porque ele tinha feito a proposta de votar o documento e não votar as recomendações, e haviam pedido, entre aspas, que não fizesse isso porque iria desvirtuar o documento, então optara-se por retirá-la para depois votar com as recomendações numa outra sessão, e quem propusera isso vai votar a favor de se votar naquele dia o documento, não percebia. Assim voltava à proposta inicial de votar o documento e depois logo se veria.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Odete Graça** dizendo que lamentava que aquela situação ocorresse. A Comissão tivera um trabalho de grande empenho e análise da Carta, e fizera-o numa forma muito séria. -----

-----A Comissão pura e simplesmente podia ter reunido e deliberado aprovar a Carta, mas pensava que essa não era a função duma Comissão, a função duma Comissão era analisar o documento, tirar dúvidas, inteirar-se da realidade, discuti-lo, e fora nessa base que haviam feito o conjunto de recomendações. -----

-----Lamentava que de facto os Membros não tivessem a ligação indispensável para que houvesse conhecimento das recomendações. A Vereadora tinha explanado, e essa tinha sido a razão da sua posição relativamente à aprovação do documento naquele dia, um conjunto de explicações relativamente à Carta, que tudo isso não era problemático até porque aquelas recomendações não iriam forçar qualquer dinâmica da própria Câmara, uma vez que ela própria já estava a tomar. -----

-----Neste sentido entendera que haviam condições para votar a Carta. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que de facto havia que reconhecer que o documento da Comissão não tinha sido do conhecimento da generalidade dos Membros da Assembleia, à excepção dos Membros da Comissão “D”. -----

-----Se haviam Membros que levantavam a necessidade de aprofundar mais os documentos, que ele se lembrasse, naquela Assembleia procurava-se respeitar essa posição dos Membros. -----

-----Se pretendiam uma votação sobre o documento iriam ter, inevitavelmente, uma discussão de recomendação a recomendação, e olhando para o relógio já eram meia noite e meia, pela sua parte e pela parte da Mesa havia todo o tempo disponível, não sabia é se seria a forma mais prática de efectuarem uma sessão da Assembleia. -----

-----Parecia-lhe pessoalmente que seria mais prático o que inicialmente ele pensara que tinha recolhido o consenso da Assembleia, que era o agendamento posterior. -----

-----Usou da palavra o **Membro Francisco Alvim** que disse que apenas queria chamar a atenção para o facto de as recomendações terem sido aprovadas por unanimidade na Comissão, e pensava que se deveria procurar novamente a unanimidade.-----

-----Queria chamar a atenção para que se fossem reunir outra vez para deliberar sobre as recomendações, seria concertada novamente na Comissão “D”, e se as recomendações não chegassem novamente a tempo teriam ali outra vez o mesmo problema.-----

-----Seguidamente pediu a palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse, na sequência do que tinha dito o Membro Francisco Alvim, que não fazia sentido que aqueles documentos voltassem à Comissão “D”, a não ser que retirassem da Comissão os membros do PS e pusessem lá outros, e o que ia acontecer é que aquele documento ia ser debatido na Assembleia ponto por ponto, recomendação a recomendação da próxima vez, era aquilo que iria acontecer.-----

-----Portanto não se devia adiar. Estavam ali as recomendações, iam discutir as recomendações, debater o documento e deliberar sobre o documento, porque se não fosse naquele dia seria na próxima Assembleia Municipal, porque não fazia sentido que uma Comissão que analisava um documento, propusesse um conjunto de recomendações, e votava essa sua posição por unanimidade, voltasse a reunir em instâncias ou sob influências ou sob pressão fosse de quem fosse.-----

-----Usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que não pretendia que a Comissão “D” voltasse a reunir, o que estava em causa era que qualquer membro daquela Assembleia tinha o direito de se pronunciar sobre o documento de seis ou sete páginas que tinha sido presente na Assembleia, naquele dia e não antes, que fora lido pela Coordenadora da Comissão.-----

-----Obviamente, que não era ali àquela hora, que iria fazer uma análise sobre o mesmo, e era dentro daquela perspectiva que ele considerava que nunca naquela Assembleia tinha sido hábito, a não ser em condições excepcionais, em que se tinha mesmo que tomar uma deliberação porque não se podia adiar, nunca tinha sido hábito impôr, entre aspas, que uma bancada ou um grupo de pessoas se pronunciasse sem analisar mais cuidadosamente um documento.-----

-----Seguidamente solicitou a interrupção dos trabalhos por cinco minutos.-----

-----Recomeçados os mesmos o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que iriam colocar à votação a não ser que algum membro quisesse usar da palavra.-----

-----Usou da palavra o **Membro Odete Graça** que disse que tinha a sensação que as suas palavras não tinham sido bem compreendidas quando referira que, no seu entender, ou o documento

era aprovado com as recomendações ou então que fosse adiado para uma outra sessão. -----

-----Naturalmente que com as explicações que a Vereadora dera, tinha sido sua convicção e já o tinha dito, que a Assembleia ficasse mais esclarecida sobre aquela questão, não tinha acontecido isso, e o que ela podia dizer naquele momento era o seguinte: -----

-----Em primeiro lugar, considerava que a Assembleia, e assumia aquela questão dum forma muito pessoal, tinha dado uma nota muito negativa de grande subvalorização à Comissão.-----

-----Em segundo lugar, considerava que tratando-se dum Carta que na sua grande maioria ou na totalidade, tinha sido da responsabilidade do Vereador do Partido Socialista, era também sua convicção que o conhecimento do seu teor, das suas propostas, e até porque tinham sido aprovadas exactamente pelo mesmo Vereador, que tivessem outro conhecimento que não aquele que ali se tinha demonstrado. -----

-----Considerando que o que era mais importante era discutir a Carta e não discutir as questões da discussão à volta da Carta, ela sugeria que aquela discussão passasse para outra sessão da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal colocou seguidamente à votação o adiamento da discussão e votação do assunto Carta de Equipamentos de Ensino do Concelho de Sesimbra para uma data a acordar em reunião de Líderes, tendo sido aprovado, por maioria, com 18 votos a favor do PS e da CDU, e 6 votos contra da Coligação Eleitoral – PPD/PSD.CDS-PP. ---**

Seguidamente o **Membro Odete Graça**, prestou em nome da bancada da CDU, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

-----“A nossa Declaração de Voto vem no sentido de lamentar que o trabalho da Comissão fosse tratado de uma forma tão subvalorizada.-----

-----Em segundo lugar considero que esta Assembleia se pretende que as Comissões funcionem como forma de preparação do trabalho para discussão na Assembleia, deverão em termos oportunos discutir que papel para as Comissões, porque entendo que a minha posição quer na Comissão quer enquanto Coordenadora, é desenvolver um trabalho que aglutine as vontades de todas as pessoas da Comissão. Nesse sentido eu estarei disponível para continuar a desempenhar as funções, caso contrário considero nitidamente que é um papel que deram de subvalorização. ----

-----Em terceiro lugar entendo que esta Carta é extremamente importante, porque considero que é o segundo documento que esta Autarquia faz imediatamente a seguir ao Plano Director

Municipal e por isso mesmo deve ter uma ampla discussão, lamento até que não tenha a participação de mais pessoas ligadas ao sector, para que eles possam participar de uma forma empenhada nesta matéria. -----

-----Em quarto lugar, tratando-se duma carta da responsabilidade do Partido Socialista, entendi, e sempre entendi, que a Carta fosse do amplo conhecimento de todos, de facto isso não aconteceu, lamento, provavelmente foi a mesma falta de conhecimento e a mesma falta de contacto que nós assistimos hoje nesta Assembleia. -----

*-----Em seguida o **Membro Carlos Filipe de Oliveira**, prestou em nome da Bancada do PDS, a seguinte **Declaração de Voto:*** -----

-----“O PDS manteve nas duas votações a mesma posição, por razões já referidas e porque entendemos que estávamos em condições de poder votar hoje os documentos apresentados pela Comissão, e em segundo lugar porque entendemos que os trabalhos das Comissões, especialmente sobre estas matérias, são trabalhos extremamente importantes auxiliares da Assembleia. -----

-----Portanto do nosso ponto de vista as pessoas da nossa Bancada que fazem parte da Comissão, têm toda a nossa confiança para exercer a sua função enquanto Membros desta Assembleia e Membros das Comissões, mantemos a solidariedade com o trabalho desenvolvido por essas pessoas nas Comissões, e por isso mesmo entendemos que o trabalho por elas efectuado é merecedor do nosso crédito e do nosso apoio. -----

-----Eu só, e como Coordenador de uma Comissão, se estivesse nesta situação provavelmente apresentaria a minha demissão de Coordenador da Comissão, vendo expressamente desvalorizado o trabalho da Comissão, porque alguém não teve tempo ou não teve conhecimento para debater os pontos que aqui estão e impõe à Assembleia Municipal o adiamento dum documento que eu considero de extrema importância para o Concelho. -----

-----Noto também e lamento esta situação também face às pessoas do Partido Socialista que fazem parte da Comissão e que acabaram de ser extremamente desautorizadas. -----

*-----Seguidamente o **Membro Miguel Bastos**, prestou em nome da Bancada do PS a seguinte **Declaração de Voto:*** -----

-----“A Bancada do Partido Socialista votou favoravelmente o adiamento deste ponto agendado na ordem de trabalhos por considerar que não estava em condições para analisar durante o decorrer da própria Assembleia, um documento com dez folhas de análise política e com

perspectivas sectoriais sobre uma determinada análise do problema.-----

-----Nessa perspectiva consideramos que deveríamos ter o direito de poder analisar o documento mais aprofundadamente e não votá-lo ou rejeitar propostas que eventualmente devessem merecer a nossa consideração, mas que por falta de análise não estávamos em condições para o poder analisar.-----

-----Não estava em causa a idoneidade nem dos membros da Comissão nem da Coordenadora da Comissão, estava em causa sim, uma metodologia de trabalho da qual não tivemos acesso.-----

-----E sobre os comentários que foram feitos da minha pessoa abstenho-me de tecer qualquer tipo de considerandos, lembro apenas que há mais marés que marinheiros, que durante anos e anos assistimos a elementos do PSD a rejeitar tomar qualquer tipo de posições, para poderem no plenário fazerem a demagogia que bem entendessem.”-----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que ainda estava em aberto uma questão, a realização de uma sessão temática sobre “O Ensino e a Escola no Concelho de Sesimbra” cujo tema seria concretizado em reunião de Líderes, perguntando se a Assembleia estava em condições de passar à votação dessa questão.-----

-----Havendo condições, o **Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a proposta da realização de uma sessão temática sobre “Ensino - Escola no Concelho de Sesimbra” tendo sido aprovada por unanimidade.**-----

-----Seguidamente encerrou o ponto 2 da Ordem de Trabalhos e passou ao ponto 3. **“Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Automóveis Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi no Concelho de Sesimbra”**, tendo informado que a pedido da Câmara Municipal este assunto não seria apreciado por haver dúvidas quanto à possibilidade de prescindir do inquérito público antes da deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Passando depois ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos **“Despesas de Representação – Cargos Dirigentes”**, o Presidente da Assembleia Municipal informou que o processo baixara à Comissão “B” que reunira e emitira acta, a qual fora distribuída por todos os Membros no início dos trabalhos.-----

-----O **Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira**, usou da palavra como Coordenador da Comissão “B”, esclarecendo que estivera presente na primeira reunião da Comissão mas não estivera na segunda, mas podia fazer um breve relato do que tinha acontecido.-----

-----Na primeira reunião não tinha sido solicitada a presença de nenhum representante da Câmara Municipal e a Comissão no seu conjunto entendera ser necessário a presença do Vereador ou pelo menos que fossem prestados alguns esclarecimentos à Comissão sobre determinadas matérias. -----

-----Foi enviado à Câmara Municipal um pedido de esclarecimentos e solicitada a presença do Vereador responsável por aquela área, e mesmo na sua ausência, aliás isso tinha sido combinado com todos os Membros da Comissão, realizar-se-ia a reunião assim que fossem recebidos os esclarecimentos. -----

-----Da acta da segunda reunião verifica-se que não há uma posição unânime da Comissão, e as Bancadas reservam as suas posições para o Plenário. -----

-----Aberta a discussão usou da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que embora não estivesse presente na segunda reunião da Comissão, tinha verificado que no conjunto de documentos enviados pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal sobre aquele processo, apenas constavam as informações relativas às Despesas de Representação, ou seja, o valor total das despesas correspondentes àquela atribuição e as pessoas visadas por aquela medida. -----

-----No conjunto de pedidos de informação que a Comissão tinha solicitado à Câmara, fazia parte também um pedido de informação sobre os efeitos que aquela medida tinha tido no passado, ou seja, saber a avaliação que tinha sido feita pela atribuição daquela medida, e verificara que da documentação junta pela Câmara Municipal não revelava qualquer avaliação. -----

-----Assim sendo a posição da Bancada do PSD/PP, era a seguinte:-----

-----Entendia que uma medida como aquela devia ser considerada como um instrumento de gestão, isto era, a atribuição indiscriminada a qualquer funcionário abrangido por aquela medida, do valor correspondente às Despesas de Representação, não era mais do que criar, de uma forma que a Lei permitia, mais um complemento de salário. -----

-----Entendia que uma medida daquele tipo não era positiva, se era aceitável que aquela medida tivesse sido tomada há quatro anos atrás, quando a Legislação pela primeira vez permitira a atribuição daquela verba, enfim, podia ser considerada como uma medida de motivação para as pessoas se empenharem na sua actividade e dar um pouco mais de si à Autarquia e à Comunidade, parecia-lhe que naquele momento aquela medida, da forma como era tomada, era a negação de qualquer tipo de gestão.-----

-----Entendia que ela deveria ser selectiva, em função de objectivos, em função do desempenho e em função da avaliação do desempenho dessas mesmas pessoas, porque o que se estava a criar, era pura e simplesmente, um complemento de salário, para os que faziam, e para os que não faziam, se há quatro anos podia ser uma medida de estímulo, neste momento era uma medida de desencentivo, porque tanto era beneficiado aquele que se esforçava, como o que não se esforçava e por isso não estava de acordo com aquele tipo de benesses. -----

-----Entendia que a Câmara Municipal deveria utilizar aquela medida como uma forma de gestão e de estímulo, não punindo ninguém, porque quem recebia o seu salário não era punido, mas estimulando aqueles que fazendo algum esforço adicional viam recompensado esse mesmo esforço.

-----Portanto não podia concordar com a atribuição indiscriminada daquele benefício a todos os cargos por ela abrangidos.-----

-----Usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que perguntou à Câmara se o tipo de análise feito pelo Membro Carlos Filipe, que tinha por base uma forma criteriosa de contemplar uns e não contemplar outros, se a lei permitia isso. -----

-----Usando em seguida da palavra o **Vice-Presidente da Câmara** este começou por explicar que o entendimento que faziam é que não o poderiam fazer, a Câmara tinha a faculdade, à luz da legislação, de atribuir despesas de representação, quer aos chefes de divisão, quer aos directores de departamento, portanto, não havia ali um subsídio de produtividade ou prémio de produtividade, o escalonamento em função de maior ou menor empenhamento, não havia a avaliação de cada um para depois em função disso se atribuir um prémio, havia a atribuição de uma despesa de representação, mas que de facto as Câmaras tinham a faculdade de implementar ou não. -----

-----A Câmara de Sesimbra desde o momento em que aquela legislação entrara em vigor, entendera dever fazê-lo. Era óbvio que o fazia globalmente em relação ao conjunto de chefes de divisão e directores de departamento que tinha, com os quais julgava que estava a trabalhar bem e que estava bem servida, portanto, entendia que as suas chefias podem ser destinatárias da atribuição daquele complemento remuneratório sobre a forma de despesas de representação. -----

-----Achava que havia ali uma posição clara da Câmara, que aliás tinha deliberado por unanimidade, e o peso que tinha a atribuição daquela medida era um peso irrelevante, como constava dos documentado enviados, no total de remunerações tinha um peso inferior a 0,5%, enfim, se fosse 5% ou 10% se calhar a Câmara teria que, até num quadro de uma saúde financeira

um pouco mais debilitada, teria que eventualmente repensar, como aliás havia sido falado na Comissão, mas nem era o caso, não havia impacto negativo, e as chefias que tinham eram merecedoras daquela medida que a lei permitia.-----

-----Seguidamente usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que interpretava que aquelas despesas de representação eram fundamentalmente o que elas próprias significavam, ainda no dia anterior num jornal diário tinha vindo o valor das despesas de representação de vários cargos políticos a propósito da nova Assembleia da República e dos novos Membros do Governo, e pensava que era uma figura formal sobre as despesas de representação, que a seu ver não podia ser utilizada como um prémio de produtividade ou um prémio de reconhecimento ou não reconhecimento, porque não era esse o conteúdo que ele via nessa questão.-----

-----Portanto dentro dessa perspectiva, ele estava de acordo que a opção que o Executivo e a Assembleia haviam tomado há quatro anos, deveria ser renovada para os próximos quatro anos, independentemente de se poder analisar ou não, qual a forma que era mais correcta ser utilizada para estimular aqueles que davam o litro, entre aspas, pelo Município, pela Câmara Municipal e pelo Concelho, e os outros que eventualmente tivessem uma posição menos estimulante na sua actividade. -----

-----Sempre considerara que não deviam ser todos tratados da mesma maneira, deveria haver alguns prémios para aqueles que se dedicavam e que deveriam ser contemplados, agora não via que isso fosse através de despesas de representação. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira**, que das palavras do Vereador ficou a entender o seguinte: aquilo não era uma forma de estímulo, mas era uma forma de estímulo, porque se eram efectivamente despesas de representação, deveria haver, no ponto de vista do PSD/PP, uma informação à Assembleia Municipal da necessidade da existência dessas despesas de representação. -----

-----A lei atribuía essa faculdade, não impunha que se atribuísse as despesas de representação, e portanto o Município deveria demonstrar a necessidade efectiva dessas mesmas despesas de representação, era tão claro como isso, mas a realidade era outra, que aliás, das palavras do Vereador ficara bem demonstrado, ou seja, no fundo era um complemento de vencimento e não despesas de representação. -----

-----Não tinha nada a ver com as despesas de representação dos cargos políticos, porque não

eram cargos políticos, eram cargos da administração local e funcionários da administração local. ---
-----Em segundo lugar, se isso assim era, e se era utilizado efectivamente como uma forma, enfim, de complemento de vencimento, deixassem-no dizer que era extremamente injusto, quando se pedia contenção e cortes de despesas a determinados níveis, que a outros níveis se tivesse uma atitude contrariamente inversa, isto significava que depois de haver conversas, documentos internos da Câmara Municipal em que se dizia atenção, tem que se cortar aqui nas horas, tem que se cortar nas despesas, e depois em relação a outros, davam um complemento de vencimento. Era evidente que as pessoas tinham direito, se fizessem despesas de representação, a ver ressarcidas exactamente essas despesas, essa era uma situação, e não à atribuição de um valor fixo para despesas de representação. -----

-----Portanto da parte do PSD/PP, consideravam, quer do ponto de vista da gestão e da situação financeira da Câmara Municipal, quer do ponto de vista dos restantes trabalhadores da Câmara, que o que se estava a propor era uma medida injusta, injusta para uns, favorável para outros, e assim não podiam estar de acordo. -----

-----Relativamente à questão da utilização, ou não, daquela medida como um estímulo, ele por acaso, na legislação, não vira obrigatoriedade da atribuição daquele valor a todos os cargos de chefia, aquilo que a lei dizia era que podiam ser atribuídos mediante autorização da Assembleia Municipal, não dizia que devia ser atribuído a todos, na lei não dizia isso em lado nenhum, portanto não era uma medida extensível a todos. -----

-----Usou da palavra o **Vice-Presidente** que disse que lhe parecia ter visto aquele filme há dois ou três anos, quando se discutira o assunto pela primeira vez, porque também se confundira despesas de representação com ajudas de custo e subsídio de deslocação, que não tinha nada a ver uma coisa com a outra, se a pessoa estava deslocada, se estivesse em serviço, se fosse dali ao Porto ou a Lisboa ou a Madrid, ou fosse onde fosse, tinha uma tabela do Estado, recebia ajudas de custo e subsídio de deslocação, não tinha nada a ver uma coisa com a outra, o Membro Carlos Filipe estava a fazer confusão. -----

-----As despesas de representação cujo peso não era significativo, aliás, haviam sido trinta e quatro mil euros, ou seja, cerca de sete mil contos, durante o ano passado, num global de remunerações de sete milhões de euros, portanto, tinham que de facto fazer poupanças, tomar um conjunto de medidas de contenção, mas não era por ali, ele até admitia que as despesas de

representação pagas, pudessem incentivar a determinado tipo de poupanças, por poderem ter como consequência um maior empenhamento das pessoas, uma maior predisposição. -----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** que para complementar o que tinha dito o Vice-Presidente, acrescentou que não conhecia uma única Câmara que não pagasse despesas de representação aos seus dirigentes. -----

----- Seguidamente usou da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que não via de que forma é que podia haver um critério discriminativo dentro das chefias da própria Câmara, ou davam ou não davam, além disso considerava que as despesas de representação eram realmente despesas de representação. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Membro Carlos Filipe de Oliveira** que disse que no caso de despesas de representação, então havia de haver uma justificação da atribuição das despesas de representação, ou seja, iam supor, que nenhuma daquelas pessoas, por mera hipótese, exercia uma actividade que necessitasse dessas despesas de representação, durante quatro anos, e no entanto tinha recebido uma verba destinada a despesas de representação, e havia outra pessoa que dentro do seu departamento tinha necessidade das tais despesas de representação, havia uns que precisavam e outros que não precisavam, logo podiam ser atribuídas a uns e não atribuídas a outros. -----

-----Deveria haver no mínimo uma informação a dizer “Meus Senhores dentro daquilo que a Câmara apreciou, existem estas situações em que existe a necessidade das despesas de representação, e é uma questão de perfeita justiça”, e atribuíam as despesas de representação, mas não estivessem a tentar chamar àquilo despesas de representação, quando já tinha sido claramente dito pelo Vereador, que aquilo no fundo era um complemento de vencimento. -----

-----Portanto a questão que o PSD punha e mantinha era uma questão de gestão e de princípio. Como é que se ia dizer a um funcionário da Câmara Municipal que duas ou três horas extraordinárias não eram justificáveis, quando outro funcionário estava a receber despesas de representação que não se justificava, havia uma questão de princípio e da equidade no tratamento das pessoas e no tratamento dos colaboradores da Câmara Municipal. -----

-----Usou da palavra o **Membro Sandra Carvalho** que informou que o esclarecimento dado pelo Vereador no que respeitava às horas extraordinárias fora que a Câmara apelara à redução da feitura das horas extraordinárias e que essa redução fosse feita ao quantitativo do ano passado, não tinha havido uma retirada de benefícios, entre aspas, na feitura das horas extraordinárias, tinha sido

pedido uma redução aos quantitativos do ano anterior.-----

-----Assim, mantinha-se até certo ponto uma certa coerência, e se bem que pessoalmente não concordasse com o princípio de chamar àquilo despesas de representação, quando depois se dizia que era um complemento de salário, havia ali uma contradição, mas isso era uma posição pessoal em termos de nomenclatura.-----

-----Seguidamente pediu a palavra o **Membro Carlos Filipe**, que disse que sob pena de fugir à questão que se estava a debater, se tinha sido pedido para se manter as horas extraordinárias ao nível do que tinha sido feito no ano anterior, considerando que o ano anterior tinha sido ano de eleições, em que era preciso fazer mais umas coisitas e a "malta" tinha que andar mais depressa, então não tinha sido pedido redução coisíssima nenhuma.-----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da Câmara Municipal de Concessão de Despesas de Representação a Cargos Dirigentes, tendo sido aprovada, por maioria, com 18 votos a favor do PS e da CDU, e 6 abstenções da Coligação Eleitoral PPD/ PSD-CDS.PP**-----

-----Seguidamente **o Presidente da Assembleia Municipal** informou que em relação aos pontos 5 e 6, da Ordem de Trabalhos, agendados por obrigação legal, a Assembleia Municipal não se iria pronunciar, uma vez que ainda não dispunha dos respectivos documentos.-----

-----Encerrada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **Período de “Intervenção Aberta ao Público”** mas nenhum Município diligenciou nesse sentido.---

-----Seguidamente, por consenso, foi solicitada a dispensa da leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Por último, declarou encerrados os trabalhos, era uma hora e trinta minutos do dia 6 de Abril.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----

